Processo administrativo licitatório n. **84**/2025
Chamada pública n. **02**/2025

Ponte Alta, 11 de setembro de 2025.

ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

OBJETO DO PROCESSO: Celebração de parceria com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para formalização do termo de fomento e a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização sociedade civil (OSC) com projeto na área esportiva, conforme condições estabelecidas neste Edital.

RELATÓRIO: Reuniram-se no dia 11/09/2025, às 10h00, os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria n. 356/2024, para análise dos documentos de habilitação dos participantes no Processo Administrativo Licitatório n. 84/2025. Inicialmente, procedeu-se a leitura do teor dos documentos e análise de outros fatores previstos no edital. Após, a Comissão emitiu o parecer abaixo.

PARECER DA COMISSÃO: De plano, percebe-se que houve uma única participante no certame: a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIDOS DE PONTE ALTA – ADUPA** (CNPJ n. 60.067.152/0001-33), entidade sem fins lucrativos. Nesse viés, percebe-se a participação da entidade é admitida, conforme item 4.1, alínea "a", do edital. Ademais, é notório que a associação supracitada preencheu todos os requisitos básicos, consoante item 5.1 do edital. A despeito disso, o item 5.2 do edital atesta que ficará impedida de celebrar o termo de fomento a Organização da Sociedade Civil que: "*a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei n. 13.019/2014); b) esteja omissa no dever de prestar constar de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei n. 13.019/2014);* ***c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III, §§ 5º e 6º, da Lei n. 13.019/2014);*** *d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito*

Assinado eletronicamente por GABRIEL BERNARDES DE ALMEIDA, KARINA ALVES CORREA DOS SANTOS, CLEBERSON ALVES WALTRICK, FRANCIELE SOMBRIO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://pontealta.eciga.consorciociga.gov.br/#/documento/c82e4b12-b7a4-474d-bbe8-2f2e56f5a994.

suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei n. 13.019/2014); e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei n. 13.019/2014); f) tenha tido contas de parceria julgadas irregularidades ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014); ou g) tenha entre seus dirigentes pessoa cuja contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei n. 13.019/2014) (fls. 63-64)". Nesses termos, importa salientar que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIDOS DE PONTE ALTA – ADUPA** (CNPJ n. 60.067.152/0001-33) apresentou declaração afirmando que não há no quadro de dirigentes da entidade dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, proibição esta que se estende a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (fl. 103). Todavia, após detida análise à documentação constante nos autos, extrai-se do art. 46 do Estatuto Social da associação que são sócios fundadores e integrantes da atual diretoria (fl. 135): a) **Presidente**: Jeferson Santos de Liz; b) **Vice-presidente**: Oesclem Joari do Amaral; c) **Secretário**: Fernando Beninca; c) **Tesoureira**: Cíntia Santos Gonçalves. Assim, **considerando** que a Tesoureira integra a diretoria da Associação, **considerando** que ela é filha da Secretária de Saúde desta municipalidade, e **considerando** que ela é irmã do Presidente da Câmara de Vereadores deste Município, é indubitável o impedimento da formalização do termo, consoante alínea "c" do item 5.2 do edital. Para além disso, há de se registrar que o Vice-Presidente da Associação é servidor municipal (professor) e que um dos membros do Conselho Fiscal – Edson Sidney Dalmonico – também (motorista) (fl. 136). À luz do exposto, esta Comissão entende, por **unanimidade**, que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIDOS DE PONTE ALTA – ADUPA** (CNPJ n. 60.067.152/0001-33) está **IMPEDIDA** de participar da presente chamada pública. Outrossim, cumpre destacar que não será realizada a avaliação individualizada da entidade, conforme preceitua o item 7.5.4, notoriamente porque a Associação sequer poderia ter participado do certame. Em arremate, consigna-se que, nos moldes do item 7.7.1, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão interpor recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão – isto é, até 17/09/2025 –, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. **Ainda, frisa-se que, conforme item 7.8.2 do edital, se algum interessado interpuser o respectivo recurso, e caso esta Comissão decida pela manutenção desta decisão preliminar, o recurso será**

Assinado eletronicamente por GABRIEL BERNARDES DE ALMEIDA, KARINA ALVES CORREA DOS SANTOS, CLEBERSON ALVES WALTRICK, FRANCIELE SOMBRIO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://pontealta.eciga.consorciociga.gov.br/#/documento/c82e4b12-b7a4-474d-bbe8-2f2e56f5a994.

encaminhado ao Prefeito deste Município para decisão final, o qual poderá dar decisão diversa desta Comissão, se assim entender cabível.

DESPACHO: Da detida análise aos autos, percebe-se que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIDOS DE PONTE ALTA – ADUPA** (CNPJ n. 60.067.152/0001-33) está **IMPEDIDA** de participar do presente certame, porquanto possui membros vinculados a esta municipalidade em sua diretoria e conselho fiscal. Apesar disso, com fulcro no item 7.7.1 do edital, a Associação poderá interpor recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias corridos (até 17/09/2025). Em sequência, caso mantida a decisão por esta Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito deste Município para decisão final (item 7.8.2 do edital), que poderá dar decisão divergente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Seleção.

_____
GABRIEL BERNARDES DE ALMEIDA
Agente de Contratação

_____
FRANCIELE SOMBRIO
Membro

_____
CLEBERSON ALVES WALTRICK
Membro

_____
KARINA ALVES CORRÊA DOS SANTOS
Membro

Assinado eletronicamente por GABRIEL BERNARDES DE ALMEIDA, KARINA ALVES CORREA DOS SANTOS, CLEBERSON ALVES WALTRICK, FRANCIELE SOMBRIO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://pontealta.eciga.consorciociga.gov.br/#/documento/c82e4b12-b7a4-474d-bbe8-2f2e56f5a994.

Assinado eletronicamente por:
* GABRIEL BERNARDES DE ALMEIDA (***.216.019-**)
  em 11/09/2025 14:34:14 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* KARINA ALVES CORREA DOS SANTOS (***.567.099-**)
  em 11/09/2025 14:40:38 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* CLEBERSON ALVES WALTRICK (***.434.339-**)
  em 11/09/2025 14:56:19 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)
* FRANCIELE SOMBRIO (***.773.819-**)
  em 12/09/2025 09:23:48 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.
Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:
https://pontealta.eciga.consorciociga.gov.br/#/documento/c82e4b12-b7a4-474d-bbe8-2f2e56f5a994

